

ESPORTE E INCLUSÃO: UM ESTUDO SOBRE ACESSIBILIDADE

Recebido em: 28/08/2022

Aprovado em: 21/12/2022

Licença: 

*Marco Aurélio Gonçalves Nóbrega dos Santos*¹
Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG)
Divinópolis – MG – Brasil
<https://orcid.org/0000-0002-2840-5216>

*Márcio Pereira*²
Prefeitura Municipal de Ourinhos
Ourinhos – SP – Brasil
<https://orcid.org/0000-0002-3298-6754>

RESUMO: As atividades físicas, esportivas e de lazer podem configurar como uma importante ferramenta de inclusão social para as pessoas com deficiência, uma vez que as diferenças devem ser consideradas como formas positivas de ações que favorecem o convívio e o respeito com essas diferenças. O objetivo desta pesquisa foi analisar a acessibilidade arquitetônica e física, que contemplam as relações entre qualificação e funcionalidade das instalações esportivas públicas de Ourinhos-SP. Os resultados nos mostram que tais espaços apresentam barreiras significativas que restringem e impedem a participação das pessoas com deficiência nas atividades esportivas e de lazer. Podemos inferir que as políticas públicas de esporte e lazer nas instalações públicas municipais não promovem a inclusão das pessoas com deficiência, inibindo a promoção da cidadania e construção de identidades pessoais e coletivas.

PALAVRAS-CHAVE: Acessibilidade. Inclusão. Esporte e lazer.

SPORT AND INCLUSION: A STUDY ON ACCESSIBILITY

ABSTRACT: Physical, sports and leisure activities can be an important tool for social inclusion for people with disabilities, since differences must be considered as positive forms of actions that favor coexistence and respect for these differences. The objective of this research was to analyze the architectural and physical accessibility, which contemplate the relationship between qualification and functionality of public sports facilities in Ourinhos-SP. The results show us that such spaces have significant barriers that restrict and prevent the participation of people with disabilities in sports and leisure activities. We can infer that public sports and leisure policies in municipal public facilities do not promote the inclusion of people with disabilities, inhibiting the promotion of citizenship and the construction of personal and collective identities.

¹ Professor Adjunto dos Cursos de Pedagogia e Educação Física da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG) – Divinópolis.

² Prefeitura Municipal de Ourinhos/SP.

KEYWORDS: Accessibility. Inclusion. Sports and leisure.

Introdução

A deficiência é um fenômeno complexo na qual para compreendê-la é necessário percorrer o caminho histórico e contemporâneo da sociedade. Historicamente as pessoas com deficiência (PCD) tiveram diferentes concepções e olhares, como o misticismo, aversão e crenças estigmatizadas que predominam ainda em nossa sociedade, tais como o modelo caritativo surgido na Era Cristã, que percebia a pessoa na caridade e na ajuda, vitimada pela sua incapacidade, reforçando a ideia que essas pessoas eram indivíduos impotentes, incapazes e dependentes de outras pessoas, o que contribuía para a preservação de estereótipos nocivos e equivocados (OMS, 2017; HOWE; SILVA, 2018; RETIEFI; LETSOSA, 2018).

A partir do século XVIII, a deficiência passa a ser vista como um problema médico, relacionado ao processo de saúde e doença, na qual cura, melhoria física e reabilitação eram as metas de intervenção. Em 1960, surge no Reino Unido a concepção do modelo social que contrariava os outros modelos, no qual se posicionava de forma crítica, como a sociedade se organizava, isto é, desconsiderando a diversidade das pessoas e excluía as pessoas com deficiência, identificando três barreiras principais enfrentadas por essa população: físicas, atitudinais e institucionais. Para esse modelo a deficiência deve ser uma questão de convívio em sociedade e não como um problema individual (BAMPI; GUILHEM; ALVES, 2010, RETIEFI; LETSOSA, 2018).

De acordo com a World Health Organization (WHO) as pessoas com algum tipo de deficiência no mundo sinalizam para mais de um bilhão de pessoas (WHO, 2016). No Brasil são 45,6 milhões de brasileiros declarados ter algum tipo de limitação, correspondendo 23,9% da população do país (IBGE, 2010). No Estado de São Paulo, a

estimativa da população para de 2021 foi de 3.401.403, representando 7,2 %. No município de Ourinhos, foco do nosso estudo a estimativa em 2021 para uma população de 115.139, foi de 10.077 pessoas com deficiência (8,7%), um aumento de 1.060 pessoas em relação ao último censo (IBGE, 2022).

Nesse sentido a inclusão das pessoas com deficiência tem sido objeto de muitos estudos, discussões, debates e controvérsias, nos quais embora no decorrer dos anos, que apontam várias legislações, tratados e convenções que garantam o direito ao acesso aos espaços públicos e privados, estão, em se tratando de Brasil, muito aquém do que se considera ideal (NETO; ROLT e ALPERSTEDT, 2018).

De acordo com a Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT (2004, p. 2) acessibilidade é definida como “a possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento para utilização com segurança e autonomia de edificações, espaço, mobiliário, equipamento urbano e elementos”. Porém, considerando que ela contempla diversas atividades do cotidiano, deve ser inserida de forma mais ampla. Manzini (2006) define a acessibilidade como algo que pode ser observado, medido e avaliado, implementado, criando condições para que pessoas acessem determinados locais ou situações.

Vale ressaltar que a acessibilidade configura como um desenho universal que oportuniza o acesso aos serviços, produtos e informação a todas as pessoas, na qual envolve as seguintes dimensões para eliminação de barreiras: arquitetônica (físicas), comunicacional (comunicação entre lugar e pessoas), instrumental (ferramentas e utensílios), atitudinal (preconceitos e discriminações em comportamentos sociais), metodológica (métodos e técnicas das atividades esportivas e de lazer) e programática (políticas públicas e legislação) (SASSAKI, 2009; SILVA; SILVA e SAMPAIO, 2018).

Para o desenvolvimento deste trabalho, nosso objetivo foi analisar a acessibilidade arquitetônica e física, que contemplam as relações entre qualificação e funcionalidade das instalações esportivas públicas no município de Ourinhos-SP, nas quais consideramos o conjunto das condições de acessibilidade desses espaços decorrente da abordagem de inclusão e exclusão social para as pessoas com deficiência que possibilitem conforto, segurança e autonomia.

A relevância se justifica para identificar e mapear as condições das instalações esportivas públicas municipais e os problemas de acessibilidade, mostrando assim de forma indireta ao poder público a necessidade de garantir a cidadania plena, ou seja, possuir o direito de ser integrada na sociedade, entre eles no esporte e no lazer. Diante disso, a acessibilidade arquitetônica e física é necessária como elemento do direito à igualdade e a inclusão.

Objeto de Estudo

Ourinhos, um município localizado no interior do estado de São Paulo. Pertence à microrregião de mesmo nome e Mesorregião de Assis, a oeste da capital do estado, distante cerca de 370 km. Com uma taxa de urbanização da ordem de 95,21%, o seu Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é de 0,778, considerado como elevado em relação ao do estado.

Cabe destacar ainda, que o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) de Ourinhos é considerado elevado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Seu valor no ano de 2010 era de 0,778, sendo o 75º maior do estado. O município é o 73º mais populoso do estado e apresentando uma densidade populacional de 347,78 habitantes por km². Segundo o censo de 2010, 48,51% da população eram homens (49.981 habitantes) e 51,49% (53.054 habitantes) mulheres.

Cerca de 97,42% (100.374 habitantes) vivia na zona urbana e 2,58% (2.661 habitantes) na zona rural.

A Prefeitura, no setor de esportes, mantém projetos e programas de atividades físicas e esportivas à população entre elas podemos citar: Futebol de Campo, Futebol de Salão, Jiu jitsu, Atletismo, Tênis de mesa, Tênis de campo, Zumba, Karatê, Capoeira, Capoterapia, Judô, Natação, Hidroginástica, Voleibol, Ginástica Funcional, Badminton, Kung Fu, Tai Chi Chuan, Basquete, Dama e Xadrez, que são ofertadas nas instalações esportivas geridas pela entidade, são elas: 1) Centro Esportivo que contempla o Ginásio Municipal de Esportes “Prof. José Paschoalick”; Ginásio Municipal de Esportes Caiuá; Campo Municipal do Centro Esportivo e a Piscina Municipal; 2) Ginásio de Esportes da ETEC “Prof. Jacinto Ferreira de Sá” e 03) Centro Comunitário da Vila Odilon, com a Quadra poliesportiva e o Campo de Futebol, totalizando 08 instalações públicas esportivas do município (quadras, campos de futebol e piscinas).

Revisão de Literatura

Acessibilidade e Preceitos

Acessibilidade significa a garantia de condições de acesso em espaços, quer sejam eles públicos ou privados, a todas as pessoas, independentemente de suas aptidões físicas, sensoriais ou intelectuais, é portanto, possibilitar a todas as pessoas participação nas atividades cotidianas que acontecem nos mais diferentes espaços e que apresentem segurança, conforto e autonomia (MORAES, 2007). Para Silva e Gonçalves (2006, p. 11) “refere-se à possibilidade de uso de estruturas urbanas, edificações públicas ou privadas sem maiores dificuldades por parte de qualquer pessoa”, garantindo assim o exercício pleno do direito de ir e vir.

Sousa, Silva Júnior e Costa (2017, p. 111) diz que a acessibilidade é “uma condição acessível aos lugares, às pessoas, aos serviços, dentre outros. É a possibilidade de interagir com o ambiente de forma segura, com o máximo de autonomia possível, mesmo que as pessoas tenham singularidades acentuadas”. Isso implica condições acessíveis e sem obstáculos. Os autores ainda ressaltam que não é apenas acessar, mas principalmente eliminar barreiras arquitetônicas, de acesso físico e de equipamentos adequados.

A Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT, 2004, p. 2) define a acessibilidade como “possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento para a utilização com segurança e autonomia de edificações, espaço, mobiliário, equipamento urbano e elementos”. Tal norma técnica que teve sua primeira edição em 1985, NBR 9050, teve uma revisão em 2004 e a última em 2015 relativa à acessibilidade, na qual regulamenta os parâmetros técnicos no país, visando estabelecer e direcionar referências mínimas para execução de projetos arquitetônicos e urbanísticos, isto é, acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos para as pessoas com deficiência, com dificuldades de locomoção e mobilidade.

Essa nova edição da norma substitui a que foi lançada em 2004 pela ABNT e abrange, de maneira atualizada, alguns pontos importantes como: comunicação e sinalização, inclinação de rampas e sanitários e mobilidade. Segundo a NBR 9050:2015, visa proporcionar a utilização de maneira autônoma, independente e segura do ambiente, edificações, mobiliário, equipamentos urbanos e elementos à maior quantidade possível de pessoas, independentemente de idade, estatura ou limitação de mobilidade ou percepção (ABNT, NBR 9050, 2015, p. 1).

Apesar de um certo avanço sobre a inclusão das pessoas com deficiência na sociedade, em função de normas, legislações e tratados vigorando, tais como a

Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, a Política Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (PNIPPD) e a Lei 13.146 de 2015, também conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência, esta última que garante em seu artigo 42 “a pessoa com deficiência tem direito à cultura, ao esporte, ao turismo e ao lazer em igualdade de oportunidades com as demais pessoas [...]” (BRASIL, 2015) e exige do poder público a certificação de acessibilidade dos espaços em seus projetos arquitetônicos e nas adaptações dos já existentes.

Porém, podemos verificar que essa acessibilidade ainda se mostra de maneira incipiente, sem grande efetividade em muitas cidades no cenário esportivo, mais especificamente nas instalações. Portanto, para que esse processo de inclusão se concretize, é preciso planejamento e melhorias para a acessibilidade arquitetônica nos espaços e instalações esportivas públicas, o que irá possibilitar de fato condições efetivas de acesso e de inclusão para as pessoas com deficiência (ALMEIDA; BUENO-BARTHOLOMEI, 2011; MEDOLA *et al.*, 2011; BARROZO *et al.*, 2012; MENDES; RIBEIRO e MEZZAROBBA, 2012; SILVA *et al.*, 2013; CASSAPIAN; RECHIA, 2014; DORNELLAS *et al.*, 2021; SILVA; SILVA e SAMPAIO, 2018).

Esporte e Acessibilidade

O esporte através de sua prática, pode possibilitar às pessoas com deficiência benefícios de bem-estar físico, mental e social, que irão trazer melhorias na condição física, diminuição de ansiedade e depressão, melhoria na autoestima e também maiores oportunidades de relações e interações pessoais (SERNAGLIA; DUARTE e DÉA, 2010; GORGATTI *et al.*, 2008; MARTIN, 2006; MARTIN e SMITH, 2002).

Atividades físicas, esportivas e de lazer podem configurar como uma importante ferramenta de inclusão social para as pessoas com deficiência, uma vez que as

diferenças devem ser consideradas como formas positivas de ações que irão favorecer o convívio e o respeito com essas diferenças (RECHINELI; PORTO; MOREIRA, 2008).

A prática esportiva pelas pessoas com deficiência data do final do século XIX e início do século XX, nos quais os surdos foram os primeiros que sistematizaram e criaram a primeira entidade esportiva específica, uma vez que em 1870 nos Estados Unidos as escolas ofereciam o beisebol para essa população, em 1885 surge o futebol e, em 1906 o basquetebol, eram as modalidades praticadas (WINNICK, 2004; PARSONS; WINCKLER, 2012).

Após o final da I Guerra Mundial, os esportes passam a ser adaptados para as pessoas com deficiência cujo objetivo era o de reabilitar e reeducar, na busca de oportunizar melhoria na independência, bem-estar físico e social, autoestima e qualidade de vida para essa população (SENATORE, 2006; MAUERBERG-DECASTRO; TOLOI; CIDADE, 2011).

No Brasil, segundo Senatore (2006) que as pessoas com deficiência tiveram o movimento para o esporte com a realização de uma olimpíada para surdos-mudos e apresentação de basquetebol de cadeirantes americanos no Rio e em São Paulo, em 1957. Assim como no cenário internacional, a reabilitação foi o olhar para o esporte com as pessoas com deficiência, principalmente aquelas decorrentes de acidentes, em 1958 foi fundado o clube do otimismo. Foi então a partir de 1959 que competições começaram a acontecer e envolver esse público, como basquetebol de cadeiras de rodas, goalball, atletismo, natação e tiro com arco, com a inserção nos Jogos Paralímpicos em 1972.

Silva, Silva e Sampaio (2018) ressalta que embora o fomento, a criação e adaptação da prática esportiva para as pessoas com deficiência através de projetos,

programa e eventos, no seu início não utilizava a acessibilidade como termo, no entanto, consistia na eliminação de barreiras, instrumentais, metodológicas e programáticas.

Lazer e Acessibilidade

O Lazer no Brasil, é um direito previsto no artigo 6º e 217º da Constituição Federal (BRASIL, 1988), configura-se como um produto da modernidade, no qual entende-se como um fenômeno complexo que pode ser desfrutado em seus diferentes cenários e por diferentes pessoas independentes de suas características físicas, gêneros, crenças, idades, etnias e classes sociais. (BRASIL e PAES, 2022).

Assim, para que possamos caminhar para o sentido de uma sociedade mais inclusiva, se faz necessário planejar espaços acessíveis, principalmente nos locais de lazer, oportunizando maior autonomia e independência das pessoas, assegurando-lhes um direito e cumprindo o que se preconiza na legislação (PIVETTA *et al.*, 2020).

De acordo com estudos brasileiros existe uma falta de espaços e equipamentos de lazer acessíveis às pessoas com deficiência nos municípios destacando as barreiras arquitetônicas e urbanísticas nos respectivos locais (JULIÃO e IKEMOTO, 2006; BÁCIL e WATZLAWICK, 2007; ARAÚJO, CÂNDIDO e LEITE, 2009; MELO *et al.*, 2009; CAVALCANTI *et al.*, 2013; CASSAPIAN e RECHIA, 2014; VIEIRA, CAVALCANTI e ALVES, 2015; GOMES e EMMEL, 2016).

Silva e Schwartz (2001) consideram que o lazer é elemento fundamental para a promoção da qualidade de vida e da cidadania, uma vez que ele potencializa a inclusão do indivíduo na coletividade de forma indissociável de uma sociedade coletiva, características essas essenciais para a acessibilidade e a inclusão.

Borges (2012) revela que o lazer, juntamente com outros direitos necessitam de uma melhor atenção no que se refere ao planejamento e uma agenda de políticas

públicas, o que para o autor, são com essas ações que voltamos a melhor discutir sobre acessibilidade e inclusão em espaços e equipamentos de lazer.

Nesse sentido, considerando o período de megaeventos realizados no país, discussões sobre acessibilidade arquitetônica destacando o planejamento e construção de novos espaços e equipamentos de lazer ganharam maior destaque, nas quais tais discussões apontam sobre a relevância de possibilitar o acesso ao lazer para todas as pessoas, reforçando-o como um direito, de compreendê-lo como uma manifestação cultural possibilitando a reconstrução das relações do indivíduo com o mundo (SANTOS *et al.*, 2017)

No entanto, podemos perceber existirem outros fatores que acabam limitando o direito ao lazer, e que são de ordem estrutural principalmente no que refere ao acesso aos espaços e equipamentos de lazer, porém, buscar minimizar tais dificuldades estruturais sinalizam para um passo à frente no sentido de garantir o direito ao lazer (SANTOS *et al.*, 2017).

Instalações Esportivas e Acessibilidade

As instalações esportivas devem garantir o direito a todos os cidadãos, sem distinção de deficiência e limitação, sexo, altura, idade, o que requer um esforço conjunto de diversos atores sociais para suprir e atender as necessidades das pessoas, incluindo aquelas com deficiência (BARRETO, 2017).

Nesse sentido, foi nos estados Unidos que surgiu o conceito de design universal entre os arquitetos, que visa atender a todos, no projeto inicial sem a necessidade de desenho especializado específico ou adaptação, simplificando assim produtos, ambientes e comunicação, tornando acessíveis a todos. Esse conceito, a partir da década de 90, estabeleceu sete princípios para serem utilizados mundialmente em programas de

acessibilidade: uso equitativo; flexibilidade no uso; uso simples e intuitivo; informação perceptível; tolerância ao erro; baixo esforço físico; tamanho e espaço para aproximação e uso (CARLETTO; CAMBIAGHI, 2008).

A garantia da acessibilidade para todas as pessoas deve acontecer de forma igualitária, possibilitando de fato o real acesso ao esporte e a atividade física, uma vez que tal garantia de acesso está amparado por lei, devendo ser prioridade nas adaptações das instalações já existentes e na concepção de novas instalações, fortalecendo assim os ambientes inclusivos para a prática esportiva (AMARAL, 2019).

Para tais condições, ou seja, que a acessibilidade seja atendida, se faz necessário que especialistas nas áreas integrem equipes de planejamento e concepção das instalações esportivas, atendendo assim a legislação vigente. No entanto, as pesquisas que tratam a questão da acessibilidade no cenário brasileiro e até mesmo mundial, apontam que na sua maioria não são cumpridas (DADA; UKPATA, 2017; FUENTE, 2015; SILVA; SILVA; SAMPAIO, 2018; ZARCO-PÉREZ *et al.*, 2012).

Eftekhari e Shojaei (2016) corroboram com a afirmação acima, ao destacar a grande importância dos executivos, gestores, administradores urbanos ao definirem na construção de uma instalação esportiva é considerar vários aspectos de tipologia esportiva, tais como localização, visibilidade, distância e proximidade e acessibilidade, visando assim disponibilizar ao público o melhor e mais moderno que se pode ofertar.

Em termos de legislação sobre a acessibilidade, alguns autores revelam que impera um sentimento de impunidade quando se refere à sua execução, o que conota uma desmoralização, já que ela não vem sendo cumprida nas instalações esportivas (CURI *et al.*, 2008; REIS, 2010), pois para que elas funcionem adequadamente e corretamente precisam atender os padrões de segurança e acessibilidade determinados

pela legislação, de forma a garantir a integridade de todas as pessoas quer elas sejam deficientes ou não.

Herreros (2003, p. 5) destaca ainda quatro fatores que foram criados em relação a acessibilidade, são eles: “políticos (ordenam e regulam a acessibilidade nas instalações); técnicos (necessários para que se cumpra a legislação); econômicos (que permitam o mínimo de acessibilidade e a eliminação de barreiras); e fatores sociais (relacionado a criação de atitudes sociais)”.

A acessibilidade deve ser tratada como um tema transversal por todos os órgãos governamentais e da sociedade civil, vista nas cidades como política pública de inclusão social, com ações e implantações de propostas de acessibilidade para as pessoas com deficiência aos sistemas de equipamentos e instalações urbanas, circulação em áreas públicas, transportes, entre outros (BRASIL, 2006).

Procedimentos Metodológicos

A pesquisa caracterizou-se como descritiva-exploratória, por realizar uma caracterização da acessibilidade metodológica e programática como um fenômeno a ser investigado (RICHARDSON *et al.*, 1999; MARCONI; LAKATOS, 2002). Exploratória, pois investigou um objeto de estudo que passa por modificações, permitindo realizar uma formulação de alternativas para a administração pública (OLIVEIRA, 2002). Foi realizada em oito instalações públicas municipais esportivas (04 quadras poliesportivas; 02 campos de futebol; 02 piscinas), localizadas na cidade de Ourinhos/SP, conforme caracterização na Figura 1:

Figura 1: Instalações Públicas Municipais Esportivas



Fonte: Elaborado pelos autores

Na avaliação da acessibilidade utilizamos a técnica da análise morfológica normativa (GAUTHIER; GILLILAND, 2006), que se caracteriza pela avaliação da formação física da cidade e seus componentes elementares - constituição do tecido urbano (edificações, ruas, quadras e lotes, parques, praças e monumentos), as transformações ocorridas em decorrência dos fatores culturais, econômicos, sociais e políticas e a indicação de formas (normatizações) com as quais a cidade deveria ser planejada e construída no futuro (REGO; MENEGUETTI, 2011).

Tal análise morfológica, ocorreu então, por meio da observação direta das dependências das instalações esportivas (estacionamentos, portões, banheiros, bebedouros, quadra de jogo e lavatórios), atentando para a sinalização de degraus, pisos, rampas, corrimões, elevadores, portas.

Como instrumento, utilizamos o *checklist* de vistoria, criado pela Secretaria Municipal de Pessoa com Deficiência e Mobilidade Reduzida de São Paulo (SMPED, 2009). A escolha do *checklist* se deu por ser o único instrumento brasileiro que traduz de forma sintética as Normas Brasileiras para Acessibilidade, Edificação, Mobiliário, Espaços e Equipamentos Urbanos – NBR9050/2004, estabelecidas pela Associação

Brasileira de Normas Técnicas – ABNT (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2004; 2015).

Na classificação das instalações esportivas e seus elementos em adequados ou inadequados, recorreremos às recomendações da NBR9050, que em seu item 1.3.1 expõe que:

Todos os espaços, edificações, mobiliário e equipamentos urbanos que vierem a ser projetados, construídos, montados ou implantados, bem como as reformas e ampliações de edificações e equipamentos urbanos, devem atender ao disposto nesta Norma para serem considerados acessíveis (ABNT, 2004, p. 1).

Os resultados foram analisados em conformidade com as recomendações da Associação Brasileira de Normas Técnicas para a Acessibilidade, a Edificação, Mobiliário, Espaços e Equipamentos Urbanos - NBR9050/2004 (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2004; 2015).

Na interpretação dos resultados, utilizamos a análise de frequência absoluta, indicando a quantidade de itens existentes em cada instalação esportiva. Assim, os resultados foram organizados a partir dos seguintes itens: 1. Portões; 2. Banheiros; 3. Acesso; 4. Sanitários e vestiários; 5. Espaços esportivos; classificando a quantidade acessível (adequados), os ausentes (inadequados).

Resultados e Discussão

Neste estudo foram avaliadas 08 instalações públicas esportivas do município (quadras, campos de futebol e piscinas). A partir dos dados levantados foi possível conhecer alguns dos espaços esportivos que o município de Ourinhos (SP) oferece a sua população e as condições de acessibilidade destes espaços.

Os resultados da presente pesquisa encontram-se exemplificados pelas Tabelas 1-3, nas quais fazem referência ao tipo de instalação esportiva avaliada, sua quantidade e às condições apresentadas frente a sua acessibilidade. Ressalta-se que optamos em

utilizar os termos “adequado” (quando a instalação esportiva estava de acordo com as normas) e “inadequado” (quando a instalação estava em desacordo às normas) apontadas pelo *check-list* (SEMPD, 2009; ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2004; 2015).

Tabela 1: Quadras Esportivas				
	Principal	Anexo	ETEC	C.C.V.O.
ESTACIONAMENTO				
Inadequados			1	1
PORTÕES				
Inadequados				
Rampa de acesso	1	1	1	1
Sinalização com Piso tátil de alerta	1	1	1	1
Sinalização de entrada acessível em portões	1	1	1	1
Sinalização indicativa das entradas que dispõem de portões	1	1	1	1
Sinalização tátil na Rampa	1	1	1	1
Abertura de saída de emergência por pressão simples	1	1	1	1
BANHEIROS				
Inadequados				
Banheiros adaptados acessíveis		1		1
Sinalização informativa de banheiros acessíveis	1	1	1	1
Barras de apoio nos lavatórios	1	1		
Lavatórios correspondentes as bacias sanitárias	1	1		
Portas que se abrem para fora	1	1	1	1
Fechaduras das portas em alça (fácil manipulação)	1	1	1	1
Piso antiderrapante	1	1	1	1
BEBEDOUROS				
Inadequados				
Bebedouros adaptados	1	1	1	1
Bebedouros acessíveis		1	1	
QUADRA DE JOGO				
Inadequados				
Corrimões em ambos os lados da escada na via de acesso	1	1	1	1
Corrimões em ambos os lados da escada na entrada quadra	1	1	1	1
Degraus de escada de acesso com faixa de cor contrastante	1	1	1	1
Rota acessível	1	1	1	1
Sinalizações táteis de advertência no início e final da escada	1	1	1	1
Adequados				
Banheiros adaptados acessíveis	1		1	
Barras de apoio nos assentos sanitários			1	1
Barras de apoio nos lavatórios			1	1
Lavatórios correspondentes as bacias sanitárias			1	1
Portões com via de acesso a quadra de jogo	1	1	1	1
Estacionamento	1	1		

Fonte: Elaborado pelos autores

Desta maneira, a partir da Tabela 1, analisamos as instalações referentes às quadras esportivas, nas quais identificamos a inexistência de estacionamento para os usuários na ETEC e CCVO Vila Odilon, considerando que esta última instalação contempla também um campo de futebol. Os itens calçadas e rampas encontram-se inadequados, pois estão em desacordo com as normas em algumas características, ou seja, superfície e medidas sendo que os únicos itens totalmente acessíveis em relação às Normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (2004) se referem à faixa de travessia de pedestres, a qual liga a calçada próxima à via pública com aquela que leva à entrada principal e as portas de acesso.

Em relação as condições de acessibilidade das quadras esportivas, identificamos a ausência de sinalizações com piso tátil de alerta (04), entrada acessível em portões de entrada acessíveis (04), sinalização indicativa das entradas que dispõem portões acessíveis (04), sinalização tátil na rampa (04) e abertura de saída de emergência por pressão simples (04) bem como as rampas de acesso (04) foram identificadas como inadequadas, pois embora existam, apresentaram de maneira parcial de acesso.

Os banheiros adaptados e acessíveis, pudemos identificar em 03 instalações como inadequados o acesso, apresentando ausência de sinalizações informativas (04), portas que abrem para fora, fechaduras das portas sem alça e piso antiderrapante de acesso. As barras de apoio nos lavatórios estão presentes em 02 instalações bem como os lavatórios correspondentes as bacias sanitárias, estão adequadas. Em relação aos bebedouros pudemos verificar que existem 04 bebedouros adaptados nas instalações, porém, apenas 02 tem acessibilidade.

Por fim, em relação ao acesso as quadras de jogo, identificamos a inexistência de corrimões em ambos os lados da escada, na via de acesso e na entrada das quadras,

degraus de escada de acesso com cores contrastantes, rota acessível e sinalizações táteis no início e fim das escadas.

Tabela 2: Campos de Futebol

	Principal	C.C.V.O.
CAMPOS DE FUTEBOL		
Inadequados		
Sinalização com Piso tátil de alerta	1	1
Sinalização indicativa das entradas que dispõem de portões acessíveis	1	1
Sinalização tátil na Rampa	1	1
Banheiros adaptados acessíveis	1	1
Banheiros adaptados	1	1
Sinalização informativa de banheiros acessíveis	1	1
Boxes adaptados	1	1
Chuveiros adaptados	1	1
Barras de apoio nos lavatórios	1	1
Lavatórios correspondentes as bacias sanitárias	1	1
Bancos acessíveis às pessoas com deficiências	1	1
Cabinas individuais adaptadas para troca de roupas	1	1
Bebedouros	1	1
Bebedouros acessíveis	1	1
Sinalização de entrada acessível em portões de entrada acessíveis	1	1
Rampa de acesso	1	1

Fonte: Elaborada pelos autores

A tabela 2 nos mostra as condições dos campos de futebol, ou seja, nas duas instalações analisadas foi possível identificar que elas se apresentam de forma totalmente inadequadas, isto é, não possuem e não atendem nenhuma norma de acessibilidade aos usuários com ausência de sinalização com piso tátil de alerta, sinalização indicativa de entrada para portões acessíveis, sinalização tátil em rampas, sinalização informativa de banheiros adaptados e acessíveis. Boxes, chuveiros, barras de apoio em lavatórios e bacias sanitárias e bebedouros acessíveis também estão inadequados.

Tabela3: Piscinas

	Iniciação	Semi Olímpica
Inadequados		
Corrimões em ambos os lados da escada na via de acesso	1	1
Degraus de escada de acesso com faixa de cor contrastante	1	1

Sinalizações táteis de advertência no início e final da escada de acesso	1	1
Barras de apoio nas bordas internas	1	1
Banco de transferência	1	1
Corrimões das escadas submersas em três alturas	1	1
Dispositivo de acesso de pessoas em cadeira de rodas à piscina	1	1
Sinalizações táteis de advertência no acesso à piscina	1	1
Sinalização com Piso tátil de alerta	1	1
Sinalização de entrada acessível em portões de entrada acessíveis	1	1
Sinalização indicativa das entradas que dispõem de portões acessíveis	1	1
Sinalização tátil na Rampa	1	1
Chuveiros adaptados	1	1
Bancos acessíveis às pessoas com deficiências	1	1
<hr/>		
Adequados		
Rota acessível	1	1
Portões com via de acesso	1	1
Rampa de acesso	1	1
Banheiros adaptados acessíveis	1	1
Sinalização informativa de banheiros acessíveis	1	1
Boxes adaptados	1	1
Barras de apoio nos lavatórios	1	1
Lavatórios correspondentes as bacias sanitárias	1	1
Cabinas indiv. adaptadas para troca de roupa	1	1
Bebedouros acessíveis	1	1
Piso antiderrapante	1	1

Fonte: Elaborada pelos autores

Na análise das instalações referentes as piscinas (Tabela 3), podemos verificar que estas são as que apresentaram as melhores condições de acessibilidade entre as instalações esportivas, sendo duas, uma para a iniciação e a outra semiolímpica cujas características estruturais são iguais e assim apresentaram em condições mais adequadas, pois atendem a maioria dos critérios analisados e estabelecidos para a investigação, uma vez que possuem: corrimões em ambos os lados de acesso, degraus de escada de acesso com faixa de cor contrastante, barras de apoio nas bordas internas, banco de transferência, corrimões das escadas submersas, dispositivo de acesso de pessoas em cadeira de rodas, sinalizações táteis no início e fim da escada, sinalizações táteis de advertência no acesso às piscinas, piso tátil de alerta, sinalização de entrada e

indicativa, sinalização tátil das rampas, chuveiros adaptados e bancos acessíveis para as pessoas com deficiência.

No entanto, embora essas instalações se apresentem com condições mais adequadas de acessibilidade, vale ressaltar que elas não se apresentam na sua totalidade, pois itens como corrimões de acesso e escadas, sinalizações táteis de acesso, indicativas, de advertência e rampa se configuraram como inadequadas. Barras, bancos e chuveiros acessíveis e adaptados também foram identificados como inadequados, assim como barras de apoio nas bordas internas, banco de transferência e acessíveis às pessoas com deficiência o que de certa forma acaba comprometendo a acessibilidade.

A ABNT (2015) determina que em relação as áreas de práticas esportivas, com exceção de gramados, arenosos e similares, todas as demais devem estar acessíveis, apresentando rotas acessíveis que deverão interligar as áreas como quadras, vestiários e banheiros, nos quais devem estar localizados tanto na área de prática esportiva quanto na de uso público.

Em muitos países, inclusive no Brasil, existem leis que determinam a garantia de acessibilidade em instalações para as pessoas portadoras de deficiência, sendo obrigatório esse cumprimento, o que devemos considerar nesse caso as instalações esportivas, principalmente as públicas.

No Brasil e em outros países, o cumprimento das questões que são relacionadas a acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ainda não é cumprida (DADA; UKPATA, 2017; FUENTE, 2015; SILVA; SILVA; SAMPAIO, 2018; ZARCO-PÉREZ *et al.*, 2012). Mais do que ser ponto de atenção aos gestores de instalações esportivas (CONESA, 2015; NOBARI; MOHAMMADI, 2015), são processos imprescindíveis a serem considerados na concepção de uma nova instalação esportiva.

Silva, Silva e Sampaio (2018) realizaram pesquisa acerca da inclusão de pessoas com deficiência física e visual em 5 parques esportivos da cidade de Campo Grande, analisando os seguintes itens: estacionamento, passeio público, acesso, circulação horizontal, circulação vertical, sanitários e vestiários, mobiliários, e espaços e equipamentos. Os resultados da pesquisa apontam para uma inadequação na questão da acessibilidade, sendo exceção apenas o estacionamento de um parque e o acesso horizontal de 4 parques (SILVA; SILVA; SAMPAIO, 2018). Novamente podemos perceber como às questões de acessibilidade, apesar de por vezes regulamentada, não é cumprida nem mesmo em instalações esportivas do setor público.

Resultados semelhantes ao nosso estudo foram obtidos em outras pesquisas realizadas no Brasil em parques aquáticos – Irati/PR (BÁCIL; WATZLAWICK, 2007), parques em Salvador/BA (RIBEIRO *et al.*, 2007) e em Natal/RN (MELO *et al.*, 2010). Silva, Silva e Sampaio (2018) ao estudarem de 05 parques esportivos no município de Campo Grande (MS) para pessoas portadores de deficiência física e visual apontaram a inadequação de acessibilidade com exceção para os estacionamentos e o acesso vertical, o que implica dizer que apesar de existir uma regulamentação para ser cumprida, isso não ocorre nas instalações esportivas públicas.

Medola *et al.* (2011) avaliaram a acessibilidade de um Centro de Treinamento Esportivo em Londrina/PR para usuários de cadeira de rodas e identificou que dos 32 pontos avaliados, 21 (65,6%) não estavam de acordo com as normas de acessibilidade da NBR9050, e apenas 11 (34,4%) apresentavam-se adequados.

Corroborando com estes achados, o estudo de Pagliuca, Aragão e Almeida (2007) verificaram que as principais inadequações encontram-se nas rampas, em obstáculos nas vias de circulação, nos bebedouros e telefones.

Silva (2014) em seu estudo em parques esportivos identificou o seguinte cenário em relação a acessibilidade: as quadras poliesportivas, as externas (descobertas) e os campos de futebol que também apresentam falta de acessibilidade e de segurança para as pessoas com deficiência, tanto no acesso às instalações quanto nas áreas de jogo.

Batistel e Carvalho (2021) analisaram um centro esportivo de uma grande cidade no Estado do Paraná, no qual também possuem duas piscinas e no que se refere a acessibilidade verificaram que elas não são seguras e acessíveis, as escadas submersas instaladas não atendem a nenhum dos quatro dispositivos recomendados e apenas a piscina de hidroginástica possui barras de apoio na altura da água.

Pinheiro e Garcia (2020) ao analisarem um estádio de futebol em Anápolis (GO) identificaram que é completamente inacessível às pessoas com deficiência. Os autores ressaltam que por se tratar de uma instalação considerada antiga, na qual a acessibilidade era vista e tratada de maneira diferente, as reformas realizadas recentemente deveriam se adequar as normas estabelecidas por lei, porém, isso não foi tratado e nem cumprido.

Situação idêntica foi encontrada no estudo de Silva (2014) que ao analisar cinco parques esportivos nos quais três possuem piscinas o cenário não foi diferente, isto é, as instalações apresentaram desnível nos portões de acesso e os vãos são inferiores aos exigidos. No que se refere ao acesso ao interior delas, irregularidades foram identificadas, tais como ausência de piso com superfície antiderrapante no entorno da piscina, ausência de dispositivos de acesso de pessoas em cadeira de rodas à piscina, rampas ou equipamentos eletrônicos, escada submersa não possui corrimãos em três alturas e as alturas são inadequadas, não possui banco de transferência e não dispõem de barras de apoio nas bordas internas.

Presença de obstáculos, piso de terra batida bastante irregular, ausência de bancos, falta de iluminação, desnível do solo, ausência de elementos naturais ou construídos para proteção de sole chuva foram encontrados no estudo de Cárdenas, Pumariaga e Torres (2020) em um espaço público esportivo em Porto Velho (RO), que apontaram para inacessibilidade e dificuldades de locomoção nas quadras e campos de futebol, além disso todos os espaços analisados possuem restrição quanto à acessibilidade na transferência de uma área para outra.

Em relação às piscinas, estas devem estar equipadas com piso em seu entorno com superfície antiderrapante, com bordas e degraus de acesso a água em acabamento arredondado, com acesso a água garantido por degraus, rampas submersas, bancos ou equipamentos de transferência, devendo na ocasião de uso de escadas submersas estarem equipadas com corrimão em ambos os lados, em três alturas, devendo ainda conter barras de apoio nas bordas internas, na altura do nível da água (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2015).

Estudos internacionais também têm evidenciado dificuldades de acesso a locais públicos enfrentadas por usuários de cadeiras de rodas, principalmente relacionadas ao estacionamento, rampas, vias de acesso, banheiros, telefones públicos e bebedouros (BENNETT, KIRBY, MACDONALD, 2009; USEH, MOYO, MUNYONGA, 2001)

Em âmbito internacional existem resultados semelhantes nas piscinas cobertas em Oviedo, Asturias (BUSTO; TORRE, 2006), em ginásios poliesportivos em Sintra, Portugal (ANDRADE, 2009), em centros recreativos em Ontário, Canadá (ARBOURNICITOPOULOS; GINIS, 2011) e em campos de golfe em Murcia, Espanha (ZARCO-PÉREZ *et al.*, 2012). Em todas essas cidades diversos aspectos da acessibilidade arquitetônica não estavam presentes.

O estudo de Escobar, Montoya e Galindo (2018) ao avaliarem a acessibilidade nas instalações recreativas e culturais em Pitalito na Colômbia identificaram que além do não cumprimento das normas nesses espaços, também uma rede rodoviária com limitações de acesso a essas instalações avaliadas, mostrando negligência por parte do poder público municipal no que se refere a acessibilidade para as pessoas portadoras de deficiência.

Entretanto, como já visto nos trabalhos de Conesa (2015) e Nobari e Mohammadi (2015), as questões de acessibilidade ainda merecem atenção por parte dos gestores de instalações esportivas. Zarco-Pérez *et al.* (2012) analisaram a acessibilidade dos campos de golfe da região de Múrcia na Espanha com base na legislação vigente no país e constataram que menos da metade (40.88%) cumprem as normativas vigentes a respeito da acessibilidade. Fuente (2015) em seu trabalho de conclusão de curso apresenta o desenvolvimento de uma ferramenta para avaliar os elementos de acessibilidade também com base na legislação (normativas) espanhola, considerando 280 itens divididos em 13 áreas.

Desse modo, para que a acessibilidade esteja de fato presente, se faz necessário que profissionais especializados façam do planejamento e concepção da instalação esportiva ou mesmo um estudo que cumpra as normas exigidas para a acessibilidade de uma determinada instalação esportiva.

Ungheri e Isayama (2021) defendem que os agentes políticos desenvolvam ações públicas que democratizem os espaços públicos com medidas regidas pela justiça social visando o acesso a esses espaços, promovendo a autonomia e emancipação, de forma a superar as desigualdades sociais, isto é, ações planejadas que mobilizem a adesão e a aderência de indivíduos que buscam desenvolver práticas esportivas e de lazer.

Considerações Finais

É notório perceber quando analisamos a inclusão das pessoas com deficiência em todos os segmentos da sociedade as desigualdades e as injustiças, pois são inúmeras as barreiras e entraves que dificultam tal inserção, mesmo que estejam amparados por lei, como é o caso do acesso arquitetônico, mais especificamente em instalações esportivas e de lazer. Para que uma instalação esportiva seja considerada plenamente acessível é necessário que atenda as recomendações da NBR 9050, reunindo assim condições favoráveis para o acesso e uso efetivo da pessoa com deficiência.

Nas instalações analisadas, pudemos constatar que as diretrizes de acessibilidade não são cumpridas de acordo com a legislação, isto é, diante dos resultados encontrados, constata-se que tais espaços apresentam barreiras significativas que restringem e impedem a participação das pessoas com deficiência nas atividades esportivas e de lazer, tanto no que se refere às práticas como até mesmo em eventos como espectadores.

Há de ressaltar que embora a maioria dessas instalações possuem características de construções mais antigas, tornam-se necessárias que adequações e adaptações sejam realizadas para o devido cumprimento da legislação.

Uma vez negada a possibilidade de vivenciar parte da cidade como espaço de inclusão, contrariando o que deveriam constituir, as instalações públicas municipais esportivas de Ourinhos/SP se configuram com espaço de exclusão das pessoas com deficiência, uma vez que contradições existem no âmbito das políticas públicas desenvolvidas por não proporcionar a adequação física desses espaços referente a acessibilidade arquitetônica.

Lefebvre (2001) analisando os gestores das cidades afirma que eles negligenciam o fator humano da cidade, violando princípios éticos e legais quando dada a não observância dos parâmetros normativos de acessibilidade física. Nesse sentido,

faz com que as pessoas com deficiência tenham seus direitos de ir e vir restringidas em decorrência da existência das barreiras físicas, nesse caso com as oportunidades de práticas esportivas e de lazer

Considerando a forma com que essas instalações se encontram é possível que estes espaços não estejam sendo usufruídos pela população em estudo, visto que as inadequações dificultam tanto o acesso, o deslocamento no seu interior e consequentemente o seu uso.

Vale ainda dizer que a inclusão das pessoas com deficiência se encontra em processo, não se resolve da noite para o dia, porém, tais resultados servem não só para o campo acadêmico-científico, mas principalmente para a gestão pública municipal com indicativos importantes que chamam a atenção e servem de suporte para a gestão pública municipal com indicativos importantes para promover a inclusão das pessoas com deficiência nas instalações públicas municipais esportivas.

Assim, podemos inferir que as políticas públicas de esporte e lazer nas instalações públicas municipais de Ourinhos/SP não promovem a inclusão das pessoas com deficiência, inibindo a promoção da cidadania e construção de identidades pessoais e coletivas.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, P. A. S.; BUENO-BARTHOLOMEI, C. L. Acessibilidade de "cadeirantes" no espaço de ensino público: UNESP, Câmpus de Presidente Prudente – SP. **Tópos**, Presidente Prudente, v. 5, n. 2, p.21-46, 2011.

AMARAL, C. M. S. **Instalações esportivas voltadas ao esporte de participação: proposta de modelo de processos de gestão para a realidade brasileira**. 289 f. Tese (Doutorado) - Escola de Educação Física e Esporte da Universidade de São Paulo, 2019.

ANDRADE, C. S. **A qualidade da acessibilidade nas instalações desportivas (ginásio)**. A qualidade da acessibilidade, para pessoas com mobilidade condicionada, em Ginásio/Salas de Exercícios, no Município de Sintra. 147 f. Dissertação (Mestrado em Gestão do Desporto) – Faculdade de Motricidade Humana, Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, 2009.

ARAÚJO, C. D.; CÂNDIDO, D. R. C., LEITE, M. F. Espaços públicos de lazer: um olhar sobre a acessibilidade para portadores de necessidades especiais. **Licere**, v.12, n.4, p.1-23, 2009.

ARBOUR-NICITOPOULOS, K.; GINIS, K. M. Universal accessibility of “accessible” fitness and recreational facilities for persons with mobility disabilities. **Adapted Physical Activity Quarterly**, Champaign, v. 28, n. 1, p. 1-15, 2011.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS – NBR 9050 – **Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos**. Rio de Janeiro, 2015.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **Norma Brasileira 9050 – Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos**. Rio de Janeiro: ABNT, 2004. 97 p.

BÁCIL, M. K.; WATZLAWICK, L. F. Análise da acessibilidade de pessoas com mobilidade reduzida no Parque Aquático, Irati-PR. **Revista Eletrônica Lato Sensu**, Distrito Federal, v. 2, n. 1, p. 1-25, 2007.

BAMPI, L. N. S.; GUILHEM, D.; ALVES, E. D. Modelo social: uma nova abordagem para o tema deficiência. **Rev. Latino-Am. Enfermagem**, v. 18, n. 4, 2010.

BARRETO, R. T. **Acessibilidade em instalação esportiva**: uma análise do centro olímpico da Universidade de Brasília. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade de Brasília – Faculdade de Educação Física, 2017.

BARROZO, A.F. *et al.* Acessibilidade ao esporte, cultura e lazer para pessoas com deficiência. **Cadernos de Pós-Graduação em Distúrbios do Desenvolvimento**, São Paulo, v.12, n.2, p. 16-28, 2012.

BATISTEL, J.; CARVALHO, H. A. Acessibilidade e inclusão da pessoa com deficiência em centros esportivos – estudo de caso. **Brazilian Journal of Development**, v. 7, n. 2, p. 12279-12294, 2021.

BENNETT, S; KIRBY, R. L.; MACDONALD, B. Wheelchair accessibility: descriptive survey of curb ramps in an urban area. **Disabil Rehabil Assist Technol**, v.4, p.17-23, 2009.

BORGES, C. N. F. **Esporte e Lazer**. Cariacica: SN, 2012. 51 p.

BRASIL, D. V. C.; PAES, R. R. Pedagogia do Esporte e as contribuições para o campo do lazer: análise das publicações em periódicos brasileiros de 2016 a 2021. **Licere**, Belo Horizonte, v.25, n.3, set/2022.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. São Paulo: Saraiva, 2003.

BRASIL. **Lei Nº 13.146**, de 6 de julho de 2015. Estatuto da Pessoa com Deficiência. Brasília, DF, 2015.

BRASIL. Secretaria Nacional de Transporte e da Mobilidade Urbana: Programa Brasileiro de Acessibilidade Urbana – Brasil Acessível. 2006.

BUSTO, A. L.; TORRE, A. A. La accesibilidad arquitectónica para personas com discapacidades sensoriales em los espacios desportivos de Asturias. **Revista Lecturas, Educación Física y Deportes**, Buenos Aires, v. 11, n. 103, p. 1-10, 2006.

CÁRDENAS, R. N.; PUMARIEGA, Y. N.; TORRES, C. D. P. Análise dos espaços públicos de esporte e lazer: um ensaio a partir da informação imagética. **Licere**, Belo Horizonte, v.23, n.3, set/2020.

CARLETTO, A. C.; CAMBIAGHI, S. **Desenho universal**: um conceito para todos. São Paulo: Instituto Mara Gabrilli, 2008.

CASSAPIAN, M. R.; RECHIA, S. Lazer para todos? Análise de acessibilidade de alguns parques de Curitiba, PR. **Cad. Ter. Ocup. UFSCar**, v.22, n.1, p.25-38, 2014.

CAVALCANTI, A. *et al.* Acessibilidade em transporte coletivo urbano na perspectiva dos motoristas e cobradores. **Cad. Ter. Ocup. da UFSCar**, v.21, n.1, p.19-24, 2013.

CONESA, I. V. **Seguridad en instal acciones deportivas desde el punto de vista del gestor deportivo**: el caso de las piscinas climatizadas de uso colectivo. (Tese de Doutorado) - Universidad Castilla La Mancha, 2015.

CURI, M.; ALVES JUNIOR, E.D.; ALVES, I. M.; ROJO, L. F.; FERREIRA, M. T. F.; SILVA, R. C. Observatório do torcedor: o estatuto. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v.30, n.1, p. 25-40, setembro, 2008. Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte Curitiba, Brasil.

DADA, O. A.; UKPATA, C. O. Sport participation and facilities as predictos of marketable skills in sport for persons with disability in Nigerian Universities. **European Journal of Special Education Research** , v. 2, n. 5, p. 135-146, 2017.

DORNELLAS, L. C. G.; NASCIMENTO, A. N.; MACIEL JUNIOR, M. L.; GONÇALVES, M. R.; LAHR, S. L. N. Espaços de lazer esportivo em Governador Valadares/MG: possibilidade de inclusão de pessoas com deficiência. *In*: GRILLO, R. M; SWERTS, M. M. **Educação Física e Ciências do Esporte**: uma abordagem transdisciplinar. v.2, cap. 14, p. 192-206. Editora Científica, Curitiba, 2021.

EFTEKHARI, H.; SHOJAEI, V. Spatial analysis of sport facilities in the city of sari based on accessibility. **Research Journal of Sport Sciences** , v. 4, n. 5, p. 124 129, 2016.

ESCOBAR, D. A.; MONTOYA, J. A.; GALINDO, J. A. Coverage evaluation for recreational and cultural facilities th rough accessibility in Pitalito, Colombia. **Contemporary Engineering Sciences**, v. 11, n. 84, p. 4147 4158, 2018.

FUENTE, D. S. **Evaluación del grado de accesibilidad en instalaciones deportivas**: desarrollo y aplicación de una herramienta de valoración. Monografia de conclusão de curso Bacharelado. Universidad Politécnica de Madrid, 2015.

GAUTHIER, P.; GILLILAND, J. Mapping urban morphology: a classification scheme for interpreting contributions to the study of urban form, **Urban Morphology**, v.19, p.41-50, 2006.

GOMES, L.; EMMEL, M. L. G. Mapeamento da acessibilidade em edifícios públicos de cultura. **Cad. Ter. Ocup. da UFSCar**, v.24, n.3, p.519-30, 2016.

GORGATTI, M. G. *et al.* Tendência competitiva no esporte adaptado. **Arquivos Sanny de Pesquisa e Saúde**, Santos, v.18, n.1, p.18-25, 2008.

HERREROS, J. L. El análisis de la accesibilidad para la supresión de barreras en las instalaciones deportivas. **EFDeportes Revista Digital** , v. 8, n. 58, p. e1 13, 2003.

HOWE, P. David; SILVA, Carla Filomena. The fiddle of using the Paralympic Games as a vehicle for expanding [dis] ability sport participation. **Sport in Society**, v. 21, n. 1, p. 125-136, 2018.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Brasileiro de 2020**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Resultado dos Dados Preliminares do Censo – 2010**.

JULIÃO, D. P.; IKEMOTO, S. M. O direito ao lazer do deficiente visual em áreas naturais públicas e Unidades de Conservação. *In*: SEMINÁRIO DE ÁREAS PROTEGIDAS E INCLUSÃO SOCIAL, 2, Rio de Janeiro. **Anais...** 2006.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

MANZINI, E. J. (Org.) **Inclusão e Acessibilidade**. Marília: ABPEE, 2006.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MARTIN, J. J. Psychosocial aspects of youth disability sport. **Adapted Physical Activity Quarterly**, v.23, n. 1, p. 65-77, 2006.

MARTIN, J.J.; SMITH, K. Friendship quality in youth disability sport: perceptions of a best friend. **Adapt Phys Activ Q**, Canadá, v.19, n. 4, p.472– 482, 2002.

MAUERBERG-de-CASTRO, E; TOLOI, G. G.; CIDADE, R. E. Esporte para deficientes: do alto rendimento ao esporte de participação. *In*: MAUERBERG-de-CASTRO, E. (Org.). **Atividade física adaptada**. 2. ed. Ribeirão Preto: Novo conceito, 2011. p. 531-580.

MEDOLA, A. *et al.* Acessibilidade de um Centro de Treinamento Esportivo para Usuários de Cadeira de Rodas. **Revista Neurociências**, v. 19, n. 2, p. 244-249, 2011.

MELO, F. R. L. V. *et al.* Estudo da acessibilidade em ambientes de lazer na cidade do Natal/RN. **Licere**, Belo Horizonte, v. 13, n. 2, p. 1-19, 2010.

MELO, F. R. V. *et al.* Estudo da acessibilidade em ambientes de lazer na cidade do NATAL/RN. **Licere**, Belo Horizonte, v. 13, n. 2, p. 1-19, 2009.

MENDES, D. S.; RIBEIRO, S. D.; MEZZAROBA, C. (org.). **Projeto Orla**: estrutura, equipamentos e usos da Orla na Praia de Atalaia em Aracaju/SE. São Cristóvão/SE: EDUFS, 2012.

MORAES, M. C. **Acessibilidade no Brasil**: análise da NBR 9050. 175f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Centro Tecnológico, Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC. Florianópolis, 2007.

NETO, C. A.A.; ROLT, C. R; ALPERSTEDT, G. D. **RAC**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 2, p. 271-310, março/abril 2018.

NOBARI, H. T.; MOHAMMADI, S. Status of Risk Management in Indoor Sports Arena of Rasht Based on Existing Standards. **Research Journal of Pharmaceutical, Biological and Chemical Sciences**, v. 6, n. 6, p. 1590-1597, 2015.

OLIVEIRA, S. L. **Tratado de metodologia científica**: projetos de pesquisas, TGI, TCC, monografias, dissertações e teses. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.

OMS, Organização Mundial de Saúde. **Saúde adolescente**. 2017. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/opasoms-e-ministerio-da-saude-lancam-publicacao-sobre-saude-deadolecentes>.

PAGLIUCA, L. M. F.; ARAGÃO, A. E. A.; ALMEIDA, P. C. Acessibilidade e deficiência física: identificação de barreiras arquitetônicas em áreas internas de hospitais de Sobral, Ceará. **Revista escola de enfermagem**. USP, v.41, n.4, São Paulo, Dec. 2007.

PARSONS, A.; WINCKLER, C. Esporte e as pessoas com deficiência – contexto histórico. *In*: MELLO, Marco Túlio de; WINCKLER, Ciro. **Esporte paralímpico**. São Paulo: Editora Ateneu, 2012.

PINHEIRO, A. F. R.; GARCIA, F. F. Acessibilidade em estádios: estudo de caso sobre o estádio Jonas Duarte em Anápolis – Goiás. **Brazil Journal of Development**, Curitiba, v. 6, n.5, p.23127-23137 may. 2020.

PIVETTA, L. M.; PONTE, A. S.; ANVERSA, A.C.; DELBONI, M. C. C. Acessibilidade para pessoas com deficiência física em locais de lazer. **Research, Society and Development**, v. 9, n. 3, e15932331, 2020.

RECHINELI, A.; PORTO, E. T.; MOREIRA, W. W. Corpos deficientes, eficientes e diferentes: uma visão a partir da educação física. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v.14, n.2, Marília Maio/Aug. 2008.

REGO, R. L.; MENEGUETTI, K. S. A respeito de morfologia urbana: tópicos básicos para estudos da forma da cidade. **Acta Scientiarum**, v.33, n.2, p.123-127, 2011.

REIS, N. M. M. **Política de inclusão escolar de pessoas com necessidades educacionais especiais no ensino superior e as universidades federais mineiras**.

188f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, 2010.

RETIEFI, M.; LETSOSA, R. Models of disability: A brief overview. **HTS Teologiese Studies**, n.74, v.1, 2018.

RIBEIRO, N. M. *et al.* Análise do ambiente de lazer para portadores de deficiência com alteração na locomoção, na cidade de Salvador. **Diálogos possíveis**, Salvador, v. 1, n. 1, p. 233-242, 2007.

RICHARDSON, R. J *et al.* **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 1999.

SANTOS, R.S.; ZOBOLI, F.; RODRIGUES, C.; FELISBERTO, S. B. Acessibilidade de cadeirantes em um equipamento específico de lazer: o estádio de futebol Batistão na cidade de Aracaju/SE. **Licere**, Belo Horizonte, v.20, n.3, set/2017.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Inclusão: acessibilidade no lazer, trabalho e educação. **Revista Nacional de Reabilitação**, São Paulo, p. 10-16, Ano XII, mar./abr. 2009.

SECRETARIA DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA E MOBILIDADE REDUZIDA (SMPED). **Sem barreiras: inclusão profissional de pessoas com deficiência**. São Paulo: SMPED, 2009.

SENATORE, V. Paraolímpicos do Futuro: apresentação. *In*: CONDE, A. J. M.; SOUZA SOBRINHO, P. A.; SENATORE, V. (Orgs.). **Introdução ao movimento paraolímpico: manual de orientação para professores de educação física**. Brasília: Comitê Paraolímpico Brasileiro, 2006. p. 9-23.

SERNAGLIA, M. B. DUARTE, E. DÉA, V.H.S.D. Avaliação do autoconceito em cadeirantes praticantes de esporte adaptado. **Pensar a Prática**, Goiânia, v. 13, n. 3, p. 1-18, set./dez. 2010.

SILVA JUNIOR, V. P.; TOSTA, Q. P.; OTTO, H. R.; BELLINCANTA, J. M.; LINS, A. C. S. G. Parque Itanhangá e acessibilidade às pessoas com deficiência física e visual: um olhar sobre a acessibilidade para portadores de necessidades especiais. **Licere**, Belo Horizonte, v. 16, n. 1, p. 1-27, fev. 2013.

SILVA, J. V. P. **Parques esportivos como espaço de e lugar de in(ex)clusão de pessoas com deficiência física e visual**. 285 f. Tese (Doutorado) – Universidade Católica de Brasília – UNB – Doutorado em Educação Física. 2014.

SILVA, J. V. P.; SILVA, D. S.; SAMPAIO, T. M. V. Parques esportivos como espaço ou lugar de inclusão ou exclusão de pessoas com deficiência física ou visual. **Licere**, v. 21, n. 1, p. 108-134, 2018.

SILVA, R. L.; SCHWARTZ, G. M: Ética x preconceito: um desafio para profissionais no âmbito do lazer. **Revista da Educação Física/UEM**, Maringá, v.12, n.2, p.35-41, 2001.

SILVA, Y. F.; GONÇALVES, P. S. A estrutura hoteleira de Balneário Camboriú para turistas portadores de necessidades especiais. **Revista Turismo Visão e Ação**, v. 8, n. 1, jan/abr. 2006, p. 9-29.

SOUSA, N. A.; SILVA JUNIOR, M. F.; COSTA, S. K. Instituições de ensino consideradas sustentáveis e inclusivas: a acessibilidade nos espaços físicos para as crianças com deficiência em Vitória da Conquista – BA. **REMEA - Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, p. 103-132, fev. 2017.

UNGHERI, B. O.; ISAYAMA, H. F. Equipamentos públicos de lazer e esporte: o cenário institucional de municípios que implementaram o Programa Esporte e Lazer da Cidade. **Rev Bras Ciênc Esporte**, v.43, 2021.

USEH, U.; MOYO, A. M.; MUNYONGA, E. Wheelchair accessibility of public buildings in the central business district of Harare, Zimbabwe. **Disabil Rehabil**, v.23, 490 6, 2001.

VIEIRA, A. F. R.; CAVALCANTI, A.; ALVES, A. L. O direito de ir e vir: a acessibilidade do transporte público. **Cad. Ter. Ocup. UFSCar**, v.23, n.4, p.775-780, 2015.

WHO - World Health Organization. **World health statistics 2016**: monitoring health for the SDGs, sustainable development goals. World Health Organization, 2016.

WINNICK, J. P. **Educação Física e Esporte adaptado**. São Paulo: Manole, 2004.

ZARCO PÉREZ, P. *et al.* Análisis de la accesibilidad en los campos de golf de la Región de Murcia. **Cultura, Ciencia y Deporte**, v. 7, n. 8, p. 89-94, 2012.

Endereço dos Autores:

Marco Aurélio Gonçalves Nóbrega dos Santos
Endereço Eletrônico: marco.santos@uemg.br

Márcio Pereira
Endereço Eletrônico: marciope3@gmail.com